



Brasília, agosto de 2015

**Contribuição da ABRINT ao trabalho realizado pela subcomissão especial de telefonia e TV por assinatura da Comissão de Ciência, Tecnologia Comunicação e Informática**

A solidificação da Internet como base para o desenvolvimento da sociedade, associada ao aumento quase que geométrico da velocidade de transmissão, exigido pela oferta de novos serviços, tem levado as nações a reavaliarem as infraestruturas de redes de acesso existentes para suporte à prestação desse serviço.

As infraestruturas atuais que permitem um acesso de maior velocidade (cabo de pares de cobre e cabo coaxial), com suas tecnologias adaptadas para oferta de serviço de acesso à Internet, xDSL e Cable Modem, não suportam a velocidade exigida para a evolução dos serviços baseados no acesso à Internet, no modelo de massificação desse acesso.

As nações mais desenvolvidas estão competindo para construir uma infraestrutura de acesso de telecomunicação confiável, que permita a seus cidadãos usufruir de serviços públicos e privados, bem como possibilite às empresas que seus empregados façam suas atividades remotamente. Além do conforto permitido por essa nova forma de relacionamento, a infraestrutura, sintonizada com a nova sociedade, possibilitará redução no consumo de combustível, com todos os benefícios diretos que isso acarreta, assim como, impactará fortemente no planejamento do transporte urbano.

O modelo de infraestrutura de acesso cuja tecnologia permite afirmar que, independentemente do aumento da velocidade de transmissão exigida, suportará esse crescimento, é o modelo em fibra óptica. Esta tecnologia, segura, estável e amplamente dominada, está sendo adotada para redes de acesso através de várias topologias.

Considerando a necessidade de o Brasil ter infraestrutura de acesso de telecomunicações de qualidade, compatível com as necessidades do século XXI, é papel dos provedores de rede de acesso migrar suas redes para redes de acesso ópticas, suportados por financiamentos de longo prazo dos agentes financeiros. Por outro lado, cabe ao Estado proporcionar as condições de financiamento para que isso aconteça.

Os provedores de acesso Internet, ISPs, de pequeno e médio porte, estão presentes em praticamente todas as cidades brasileiras. A evolução da cobertura de atendimento do serviço em todo o país deve-se muito ao pioneirismo dessas empresas empreendedoras. Por sua proximidade aos seus clientes e característica ímpar de atendimento quase personalizado, estes provedores contam com uma maior fidelização de seu mercado, em contraste com as



grandes operadoras dos serviços de telefonia fixa e celular, que na grande maioria das cidades cobertas por suas redes não têm loja para atendimento ao público, acarretando insatisfação do consumidor.

Outro ponto importante dos ISPs para a comunidade servida é a geração do emprego local, reforçando o conceito de distribuir parte do arrecadado na comunidade que gerou a arrecadação. A tecnologia básica utilizada pelos ISPs é via rádio, o que possibilita uma grande cobertura, característica que permitiu desbravar e popularizar o serviço de acesso à Internet.

Entretanto, o espectro de frequência utilizado pelos rádios enlaces é o espectro livre, que limita a qualidade e banda ofertada. Com a necessidade de atender a demanda por bandas mais largas pelos seus clientes, associado à presença cada vez mais forte das operadoras dos serviços de telefonia fixa e celular em suas áreas, os ISPs têm dificuldade em manter seus clientes, colocando em risco a continuidade de seu negócio. Destarte, os ISPs têm consciência de seu problema, pois sentem diariamente a migração dos seus clientes para as grandes operadoras. Entretanto, a demanda por mais velocidade de acesso e qualidade de serviço, incompatíveis com rede de enlaces de rádio em frequência aberta, constitui uma real ameaça na manutenção do seu negócio. A grande maioria dos ISPs está convicta de que para permanecerem no negócio será necessário trocar suas redes de acesso em rádio por redes cabeadas.

### **Modelo de financiamento**

Diferentemente das operadoras de grande porte, os ISPs de pequeno e médio porte não têm geração de caixa que permita acesso a linhas tradicionais de financiamento para possibilitar a migração de suas redes de acesso. Considerando a importância estratégica dos ISPs no atendimento à demanda por acesso banda larga, é imperativo proporcionar aos mesmos modelos de financiamentos compatíveis com suas características financeiras para que possam evoluir com suas redes de acesso, ajudando o país a dar velocidade na interiorização do serviço de acesso banda larga de qualidade.

Acreditamos que esta subcomissão especial daria uma valiosa contribuição ao País ao colocar em discussão no Parlamento brasileiro, a criação de modelos de financiamento capazes de atender as peculiaridades dos provedores regionais, quais sejam: acesso a financiamento com taxas de, prazo de carência e prazo de amortização condizentes com investimento em infraestrutura de telecomunicações.